

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

bottom line próximo ao break-even, evolução importante se comparado ao resultado negativo do 4T20.

Em 2022, apesar de todas as incertezas tanto no âmbito econômico quanto político para o Brasil, nossa meta é continuar trabalhando para a recuperação de resultados com melhorias em vendas e rentabilidade, além da retomada de investimentos estratégicos da Companhia que haviam sido adiados nos últimos 2 anos. Acreditamos que o reforço de caixa vindo da melhoria de resultados e do recém-concluído aumento de capital, deverão propiciar as condições para a implementação dos nossos planos estratégicos.

No segmento Digital, nosso APP já se aproxima dos 15 milhões de downloads. Nosso Marketplace In (lançado em novembro de 2021), vem mostrando resultados animadores, atingindo 6% das vendas Digital e ultrapassando 10.000 produtos de 16 parceiros ativos em fevereiro último. Nossa proposta é trazer parcerias complementares ao universo feminino em diversas categorias: vestuário feminino, masculino, infantil, fitness, calçados, acessórios, beleza, lingerie, CaMeBa, Pet, entre outras.

Desde o lançamento em setembro do "Universo M" com ofertas integradas dentro do nosso APP, atingimos quase 11 milhões de acessos (com média de 2 milhões de acessos por mês nos últimos 3 meses). Em fevereiro 2022, batemos o recorde de acessos em post único do Universo M desde o lançamento. Nas redes sociais impactamos 14 milhões de pessoas em posts orgânicos com melhora de 155% no Instagram e 25% no Facebook. Em fevereiro 2022, nós lançamos o programa "Sou Sócia" e integramos ao APP Marisa. Em pouco

mais de 1 ano, acumulamos 31,9 mil sócias cadastradas. Nossa meta é aumentar cada vez mais a quantidade de sócias ativas e temos planos de integrar o Sou Sócia com nossas lojas, servindo de apoio para interação de sócias com clientes no canal físico.

No início de fevereiro de 2022, concluímos com sucesso um aumento de capital iniciado em dezembro de 2021, captando R\$ 250 milhões para a Companhia na primeira tranche. Como parte da operação, também oferecemos aos acionistas participantes um bônus de subscrição, exercível entre 15 de setembro a 15 de novembro, que poderá resultar em uma captação adicional de até R\$ 250 milhões para a Companhia, dependendo das condições de mercado.

Nossos planos estratégicos para a Companhia incluem investimentos, priorizando particularmente reformas, eventual abertura de novas unidades e evolução da estratégia digital em todas as suas avanças: app, Dark Stores, Marketplace-In, Mbank, etc. A companhia inaugura o ano também com uma nova campanha de marketing, a qual deverá acelerar a recuperação do fluxo de clientes em loja, no momento em que as novas coleções nos dão segurança quanto a sua aderência à nossa cliente-alvo.

Muito obrigado,
Marcelo Pimentel
 Diretor Presidente

No quarto trimestre de 2021, mesmo com todos os desafios impostos pelo ambiente macroeconômico, a dinâmica de recuperação gradativa verificada nos períodos anteriores continuou a ser vista nos principais pilares da nossa operação. Em termos de recuperação de vendas, o 4T21 foi o período de mais relevância do ano, representando o primeiro trimestre de 2021 que atingimos patamares similares à 2019 – um ano em que as vendas já apresentavam uma trajetória de recuperação mais robusta trazendo uma base de comparação mais alta. Essa recuperação de vendas é uma conquista importante para a Companhia, principalmente devido os desafios enfrentados em termos de queda no fluxo de clientes em lojas.

Nossa margem bruta também continuou evoluindo, mesmo com os contínuos desafios impostos sobre a cadeia de abastecimento e gestão de estoques. Foram verificadas evoluções mês a mês e trimestre a trimestre, com o principal destaque para dezembro, quando atingimos uma margem bruta superior à 51% sem afetar a recuperação de vendas vs 2019. Esse resultado se deu por uma gestão rigorosa dos estoques e estratégia comercial implementadas com antecedência ao mês de Natal, combinadas à uma boa aceitação dos nossos produtos que entraram em comercialização após a Black Friday. Vale ressaltar que tivemos uma redução de 52% no nível de *markdowns*, no último mês do ano.

Tivemos no 4T21 o EBITDA Ajustado do Varejo positivo, revertendo as perdas reportadas nos trimestres anteriores, enquanto o EBITDA do Mbank manteve uma performance consistente vs 4T19 (expurgando o efeito não-recorrente da venda de carteira no 4T19). Isso, somado à recuperação do varejo, nos ajudou a atingir o

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa.....	6.2	49.443	271.099	261.974	526.932
Títulos e valores mobiliários.....	6.4	31.085	388	31.085	388
Instrumentos financeiros.....		3.367	-	3.367	-
Contas a receber de clientes.....	7.2	379.960	354.162	860.755	705.175
Estoque.....	8.2	369.329	274.877	369.329	274.877
Partes relacionadas.....	11.2	26.710	23.257	-	-
Tributos a recuperar.....	9.2	143.318	136.832	187.258	180.988
Outros ativos circulantes.....		25.847	19.421	63.540	98.915
Total do ativo circulante.....		1.029.059	1.080.036	1.777.308	1.787.275
Não circulante					
Títulos e valores mobiliários.....	6.4	38.740	32.267	45.693	34.271
Tributos a recuperar.....	9.2	584.651	501.739	638.297	560.554
Outros ativos não circulantes.....		1.103	-	3.496	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	10.3	-	2.351	69.482	74.817
Depósitos judiciais.....	20.2	100.970	108.396	134.024	142.035
Total do ativo realizável a longo prazo.....		725.464	644.753	890.992	811.677
Investimentos.....	12.2	389.007	354.248	-	-
Ativo de direito de uso.....	14.2	525.587	537.837	525.616	538.142
Imobilizado.....	13.2	112.114	131.412	113.188	133.326
Intangível.....	13.4	101.909	87.568	116.081	97.234
Total do ativo não circulante.....		1.854.081	1.755.818	1.645.877	1.580.379
Total do ativo.....		2.883.140	2.835.854	3.423.185	3.367.654

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Adiantamento para		Reserva de capital	Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
		de capital social	de capital social		Opção de ações	Legal			
Saldos em 31 de dezembro de 2019.....		-	-	11.960	43.986	35.939	(1.099)	(1.114)	1.420.006
Aumento de capital por emissão de ações.....	22.1	-	4.654	-	-	-	-	-	4.654
Prejuízo do exercício.....		-	-	-	-	-	-	(432.196)	(432.196)
Plano de opção de compra de ações (stock option).....	23	-	-	2.833	-	-	-	-	2.833
Operações com instrumentos financeiros.....		-	-	-	-	-	(11)	(3.363)	(3.374)
Saldos em 31 de dezembro de 2020.....		-	-	14.793	43.986	35.939	(1.110)	(4.477)	991.923
Adiantamento para futuro aumento de capital social.....	22.1	-	-	-	-	-	-	-	70.227
Prejuízo do exercício.....		-	-	-	-	-	-	-	-
Absorção de prejuízos com reservas de lucros.....		-	-	-	(43.986)	(35.939)	-	-	79.925
Plano de opção de compra de ações (stock option).....	23	-	-	2.429	-	-	-	-	2.429
Operações com instrumentos financeiros.....	32.2	-	-	-	-	-	-	-	6.699
Saldos em 31 de dezembro de 2021.....		-	-	17.222	-	-	(1.110)	2.222	(536.386)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional
 A Marisa Lojas S.A. ("Controladora" ou "Companhia") é uma sociedade anônima, estabelecida no Brasil, com sede na Rua James Holland, 422, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, constituída em 28 de abril de 1959, listada na Bolsa de Valores de São Paulo ("B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão") sob o código de negociação AMAR3, sendo classificada no nível "Novo Mercado" da Governança Corporativa. A Marisa Lojas S.A. e suas controladas diretas e indiretas, denominadas em conjunto como "Grupo Marisa", tem como principais negócios: • Comércio varejista de produtos de consumo e comércio eletrônico; • Concessão de empréstimos para pessoas físicas; • Administração de cartão de crédito próprio e de terceiros (embandeirado), intermediação de seguros, dentre outros. Em maio de 2021, a Companhia efetuou a alteração da razão social de suas controladas diretas e indiretas em função do processo estratégico de remodelação da área de produtos e serviços financeiros do Grupo Marisa, conforme descrito no quadro abaixo:

Denominação anterior	Razão social atual
CLUB Administradora de Cartões de Crédito Ltda.	M CARTÕES Administradora de Cartões de Crédito Ltda. ("M CARTÕES")
SAX S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	M PAGAMENTOS S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("M PAGAMENTOS")

MAX Participações Ltda. M BANK Participações Ltda. ("M BANK")

1.1. Ações e impactos causados pela pandemia de Covid-19: Em 11 de março de 2020, o Organização Mundial de Saúde - OMS decretou como pandemia em escala mundial o surto do Coronavírus (Covid-19). O aumento significativo dos casos de Covid-19 no Brasil resultou no fechamento temporário das lojas físicas da Companhia em determinados períodos de 2020 e 2021, conforme determinação governamentais. A Companhia constantemente tem avaliado os potenciais impactos do Covid-19 nas áreas administrativas e de operações (lojas e centros de distribuição) e tomou algumas medidas visando frear a disseminação da doença e minimizar os impactos econômicos, aprimorando o canal online através de uma plataforma robusta para comportar o aumento de demanda das lojas físicas para o meio digital, entre diversas outras medidas. Apesar de ainda haver inerente incerteza quanto ao desfecho da pandemia, o avanço da vacinação tem trazido uma perspectiva de alívio no cenário econômico global e brasileiro, em função da redução do número de casos com maior gravidade, do menor grau de restrição de mobilidade e da retomada do comércio e demais atividades. A Administração da Companhia efetuou estudos considerando os potenciais impactos nos resultados futuros das operações, nos fluxos de caixa ou na condição financeira da Companhia e entende que eles estão sujeitos a sofrerem alterações, conforme os acontecimentos futuros. Diante do atual cenário, e em linha com os requerimentos da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e a Administração da Companhia analisou eventuais impactos frente as suas estimativas, julgamentos e premissas que pudessem impactar na continuidade dos negócios, recuperabilidade dos seus ativos financeiros e não financeiros e/ou a mensuração de determinadas estimativas contábeis para o exercício fimos em 31 de dezembro de 2021, conforme detalhados abaixo. **Risco de continuidade operacional:** A Companhia não possui evidências de qualquer risco de continuidade operacional, considerando o cenário de projeção de fluxo de caixa elaborado pela Administração. Mesmo ponderando uma avaliação de pior cenário, em 31 de dezembro de 2021, não havia nenhum indicativo de que a Companhia não teria condições de continuar operando, pelo menos, pelos próximos 12 meses. Adicionalmente, conforme mencionado na nota explicativa nº 36, em fevereiro de 2022 foi concluído o aumento de capital social da Companhia no valor de R\$250.000 mil, sendo que os recursos captados têm como objetivo (i) sustentar o plano de investimento estrutural de longo prazo e (ii) reforçar a estrutura de capital da Companhia. No entanto, a Administração está monitorando rigorosamente as mudanças não esperadas que deteriorar o ambiente econômico e de negócios, e que possam afetar a capacidade da Companhia de atender suas obrigações e/ou levar ao reconhecimento de perdas pela não recuperabilidade de seus ativos. **Recuperabilidade de ativos financeiros - NBC TG 48: Aplicações financeiras:** A Companhia possui aplicações financeiras mantidas em instituições financeiras sólidas, com títulos lastreados ao CDI. Em função da oscilação da taxa de juros, a remuneração destas aplicações foram menores quando comparadas com o período pré-pandemia, contudo, ainda foram positivas, conforme detalhado na nota explicativa nº 6. **Contas a receber (perdas de análise esperadas):** As perdas esperadas pela não recuperabilidade de ativos financeiros foram calculadas com base na análise de riscos dos créditos, considerando o perfil dos clientes e locais de recebimento das faturas a vencer do cartão Marisa e do crédito pessoal. Durante 2021, um conjunto de ações foram tomadas para garantir a qualidade e rentabilidade de créditos as carteiros, tanto na concessão de crédito quanto na cobrança. Tais medidas incluem um modelo de concessão de crédito mais robusto e, consequentemente, mais assertivo (modelos de *machine learning* com dados do cadastro positivo), ajustes em limites de crédito (na concessão e na manutenção do mesmo), bem como ações de cobranças, manutenção da capacidade instalada de pontos de atendimento e também o uso mais intenso de inteligência artificial para estas ações. Com isso, a Companhia tem controlado os indicadores de perda a refletir a expectativa de inadimplência por meio do provisionamento de acordo com a respectiva faixa de risco. **Vide movimentação dos valores de perdas de crédito esperadas, na nota explicativa nº 7.3. Recuperabilidade de ativos não financeiros - NBC TG 01 (R4): Estoques:** Conforme descrito na nota explicativa nº 8, a Companhia avalia, mensalmente, se os estoques estão apresentados por seu valor realizável, e caso negativo, registra valor de provisão para potenciais perdas. Desde o início da pandemia, a Companhia vem aprimorando a gestão dos estoques, com maior agilidade nas remarcações de produtos e lojas visando uma maior atratividade de preços para fomentar as vendas das lojas e também no e-commerce, além de efetuar uma remodelação estrutural da cadeia de abastecimento visando a otimização e redução da quantidade de peças em estoque de loja, porém com maior agilidade na disponibilização dos itens ao cliente, além da viabilização de liberação de capital de giro e recuperação de margem bruta mais acentuada nos próximos períodos. Adicionalmente, em função da crescente venda do e-commerce, a Companhia ampliou os canais de vendas através de um novo modelo de lojas, privilegiando a interação digital e a multicanalidade. Com base no cenário atual e nas ações descritas anteriormente, a Companhia não identificou necessidade de constituição adicional de provisão para perdas dos estoques.

Imobilizado e intangível: Em virtude do cenário macroeconômico, a Companhia realizou as análises referentes a eventual necessidade de reduzir ao valor recuperável os seus ativos. **Vide movimentação dos valores de perdas de crédito esperadas, na nota explicativa nº 7.3. Recuperabilidade de ativos não financeiros - NBC TG 01 (R4): Estoques:** Conforme descrito na nota explicativa nº 8, a Companhia avalia, mensalmente, se os estoques estão apresentados por seu valor realizável, e caso negativo, registra valor de provisão para potenciais perdas. Desde o início da pandemia, a Companhia vem aprimorando a gestão dos estoques, com maior agilidade nas remarcações de produtos e lojas visando uma maior atratividade de preços para fomentar as vendas das lojas e também no e-commerce, além de efetuar uma remodelação estrutural da cadeia de abastecimento visando a otimização e redução da quantidade de peças em estoque de loja, porém com maior agilidade na disponibilização dos itens ao cliente, além da viabilização de liberação de capital de giro e recuperação de margem bruta mais acentuada nos próximos períodos. Adicionalmente, em função da crescente venda do e-commerce, a Companhia ampliou os canais de vendas através de um novo modelo de lojas, privilegiando a interação digital e a multicanalidade. Com base no cenário atual e nas ações descritas anteriormente, a Companhia não identificou necessidade de constituição adicional de provisão para perdas dos estoques.

2. Empresas controladas
 As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia incluem as empresas descritas nos subitens a seguir:
2.1. M CARTÕES Administradora de Cartões de Crédito Ltda.: A M CARTÕES tem por objetivo principal a administração do Cartão Marisa. **2.2. M BANK Participações Ltda.:** A M BANK opera como *holding* investindo na sociedade M PAGAMENTOS S.A. Crédito, Financiamento e Investimento. **2.3. M PAGAMENTOS S.A. Crédito, Financiamento e Investimento:** A M PAGAMENTOS tem por objetivo atuar no mercado de crédito, financiamento e investimento no segmento varejista, concedendo empréstimos para pessoas físicas. **2.4. REGISTRADA Marcas, Patentes e Royalties Ltda. ("REGISTRADA"):** A Registrada opera a gestão de ativos intangíveis não financeiros, incluindo a administração de marcas, a compra, a venda, o uso e o licenciamento pelo uso de marcas e patentes, o recebimento de "royalties", a permissão para reprodução e a utilização das marcas e patentes em processos e produtos.
3. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras individuais consolidadas
 As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas, interpretações e comunicados técnicos emitidos pelo

Conselho Federal de Contabilidade (CFC), as normas da Comissão de Valores Mobiliários, os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e, em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS") emitidas pela International Accounting Standards Board - IASB. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quanto a determinados ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo. A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração do Grupo Marisa no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas em suas respectivas notas explicativas. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pelas Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC TG 09 aplicáveis às companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Reclassificação para fins de comparabilidade:** Visando a melhoria da qualidade das informações apresentadas nas demonstrações financeiras e a melhor comparabilidade dos saldos de 31 de dezembro de 2020, a Companhia efetuou a reclassificação dos saldos de Títulos e valores mobiliários de "atividades operacionais" para "atividades de investimentos".

4. Políticas contábeis
 As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas e apresentadas em suas respectivas notas explicativas. **4.1. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4.2. Base de consolidação:** Controladas são todas as entidades controladas direta ou indiretamente pela Companhia. As controladas são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e continuam sendo consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. O processo de consolidação das contas patrimoniais e o resultado seguem a sua natureza, complementado pela eliminação do seguinte: • Participações da Controladora no capital, reservas e resultados acumulados das empresas consolidadas; • Saldos de contas do ativo e do passivo mantidos entre as empresas consolidadas; e • Saldos de receitas e despesas decorrentes de transações realizadas entre as empresas consolidadas. **4.3. Transações e saldos em moeda estrangeira:** As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional do Grupo Marisa (Real) utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício. **4.4. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As alterações de normas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante:** Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 6 a 76 do IAS 1, correlato a NBC TG 26 (RS) / CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; • Que somente se um derivativo emitido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio o termo de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. A Administração entende que estas alterações não apresentarão impactos significativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou informações financeiras intermediárias da Companhia. **Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8, correlato a NBC TG 23 (R2) / CPC 23 (R1) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Iatificação de Erro, no qual introduz a definição de estimativas contábeis. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgar. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. **Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1, correlato a NBC TG 26 (RS) / CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgments, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de materialidade para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

5. Principais estimativas e julgamentos
 As estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se nas experiências históricas e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas também requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício do julgamento por parte da Administração do Grupo Marisa em relação a futuro que impactam sobre questões que são incertas. Esses julgamentos tornam-se mais subjetivos à medida que aumenta o número de premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas. As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão contempladas a seguir. **5.1. Provisões para perdas em estoques:** A provisão para perdas dos estoques é estimada com base no histórico de perdas na execução do inventário físico de lojas e centros de distribuição, e é considerada suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas na data do balanço. A desvalorização dos estoques ocorre quando itens são vendidos abaixo do preço de aquisição, em grande parte pelas liquidações decorrentes de troca de coleção, além de itens identificados no exercício com baixo giro. A Companhia estima o valor da provisão para desvalorização dos estoques na data do balanço, com base nos preços de venda a serem praticados, liquidades dos impostos e das despesas com vendas, comparados com o custo registrado. Com relação à obsolescência e baixa rotatividade, a Companhia realiza uma avaliação dos seus itens sem movimentação acima de um ano, além de análise qualitativa para identificação quanto aos itens obsoletos das suas coleções, e com base nessa avaliação, constitui uma provisão para obsolescência. **5.2. Provisão para perdas de créditos esperadas:** As contas a receber de clientes do Cartão Marisa e empréstimos pessoais são controladas por faixa de vencimento e CPF dos respectivos clientes, sendo efetuado acompanhamento da evolução da carteira de recebíveis entre a data de venda ao cliente (constituição das contas a receber) e a eventual perda efetiva pelo seu não pagamento (avaliados pela proporção do valor recuperado após exauridos todos os esforços de recuperação do crédito). Com a implementação da IFRS 9, equivalentes à NBC TG 48 - Instrumentos Financeiros, tal critério vem sendo ampliado com a consideração de novos parâmetros incluindo avaliação por grupos homogêneos, além da inclusão dos limites dos saldos disponíveis aos clientes. A modelagem adotada pela Companhia tem como base a mensuração da perda esperada, mediante a observação do comportamento da carteira entre eficiência operacional, tanto na recuperação do crédito quanto no acesso do mesmo, levando em consideração a probabilidade e exposição à inadimplência e perda efetiva em cada faixa de

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Receita operacional líquida.....	25.2	2.043.610	1.692.261	2.525.448	2.139.417
Custos da revenda de mercadorias, de operações com cartão de crédito, de operações financeiras e de prestação de serviços.....	26	(1.101.821)	(1.100.359)	(1.344.361)	(1.341.204)
Lucro bruto.....		941.789	681.902	1.181.087	798.213
(Despesas) e receitas operacionais.....		-	-	-	-
Despesas com vendas.....	27.1	(608.126)	(520.213)	(648.276)	(559.702)
Despesas gerais e administrativas.....	27.2	(161.690)	(149.997)	(230.536)	(217.271)
Despesas com depreciação e amortização.....	13 e 14.3	(268.451)	(290.733)	(276.204)	(298.404)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas.....	28	(7.930)	(11.420)	(21.268)	(15.657)
Resultado de equivalência patrimonial.....	12.2	65.515	(6.694)	-	-
Resultado operacional antes das receitas e despesas financeiras.....		(38.893)	(297.155)	4.803	(292.821)
Despesas financeiras.....	29.2	(179.873)	(158.723)	(187.106)	(167.121)
Receitas financeiras.....	29.2	26.032	23.682	29.409	24.850
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social.....		(192.734)	(432.196)	(152.894)	(435.092)
Imposto de renda e contribuição social Corrente.....	10.5	120.980	-	84.124	(613)
Diferido.....	10.5	-	-	(2.984)	3.509
Total imposto de renda e contribuição social.....		120.980	-	81.140	2.896
Prejuízo do exercício.....		(71.754)	(432.196)	(71.754)	(432.196)
Atribuições a Controladores da Companhia.....		(71.754)	(432.196)	(71.754)	(432.196)
Prejuízo do exercício por ação básico e diluído - R\$.....	30	(0,27440)	(1,65335)	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Prejuízo do exercício.....		(71.754)	(432.196)	(71.754)	(432.196)
Ganhos (perdas) com hedge accounting.....		10.194	(5.157)	10.194	(5.157)
IR/CSLL sobre ganhos (perdas) com hedge de fluxo de caixa.....		(3.495)	1.783	(3.495)	1.783
Outros resultados abrangentes.....		6.699	(3.374)	6.699	(3.374)
Total do resultado abrangente.....					

Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

atrás durante todo o prazo das operações. **5.3. Imposto de renda e contribuição social diferidos:** A Administração avalia periodicamente com base na expectativa de lucros futuros a possibilidade de absorção dos prejuízos acumulados. Com base em tal avaliação é definido o parâmetro e horizonte de realização dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferido ativo existente, bem como a constituição dos créditos de impostos diferidos. **5.4. Valor justo de instrumentos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não há mercado ativo, é determinado utilizando técnicas de avaliação disponíveis. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado; referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. **5.5. Transações com pagamentos baseados em ações – “Stock Options”:** A Companhia mensura o custo de transações liquidadas em ações e derivativos de ações, com seus funcionários, baseado no valor justo de tais instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa de tal valor justo dos pagamentos requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão desses instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes promissas. **5.6. Transações com pagamentos baseados em ações – “Phantom Shares”:** Para transações com pagamento baseado em ações liquidadas em caixa, a Companhia mensura o passivo incorrido pelo meio de valor justo, até que seja liquidada e remensura o valor justo do passivo ao término da cada exercício de reporte e na data da liquidação, sendo que quaisquer mudanças no valor justo, são reconhecidas no resultado do exercício. **5.7. Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas:** A Administração se baseia nas informações de seus assessores jurídicos (aplicável aos riscos tributários e civis) e em percentual de perda histórico (aplicável aos riscos trabalhistas) para constituição de provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso, atualizadas até a data de divulgação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas. No entanto, em decorrência do trâmite dos processos, a classificação da probabilidade de perda pode não ser definitiva até a conclusão dos processos. **5.8. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa, anualmente, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

6. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários
6.1. Política contábil de caixa e equivalentes: Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista, investimentos temporários de curto prazo, de liquidez imediata, convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de variação ou alteração de seu valor. As aplicações financeiras são registradas pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa	10.678	8.773	10.683	8.777
Bancos conta movimento	18.600	26.541	21.205	28.723
Aplicações financeiras (6.3)	20.165	235.785	230.086	489.432
	49.443	271.099	261.974	526.932

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Operações compromissadas CDB (i)	20.165	201.133	97.574	227.363
Operações compromissadas DI (ii)	-	34.652	-	267.038
Letra financeira	-	-	11	-
	20.165	235.785	230.086	489.432

(i) Referem-se às aplicações compromissadas com lastro em CDB, onde há compromisso de recompra a qualquer tempo pela instituição financeira e sem perda de rendimento. Em 31 de dezembro de 2021, as operações apresentaram remuneração média de 99,18% na controladora e 100,18% no consolidado do Certificado de Depósito Interbancário “CDI” (101,85% na controladora e 101,42% no consolidado em 31 de dezembro de 2020).
 (ii) Referem-se aplicações compromissadas com lastro em título público da controladora M PAGAMENTOS no valor de R\$99.134 onde há compromisso de recompra definido no ato da negociação, normalmente no próximo dia útil subsequente e compromissadas com lastro em papel de terceiros (debitares) onde há compromisso de recompra a qualquer tempo pela instituição financeira e sem perda de rendimento no valor de R\$33.367. Em 31 de dezembro de 2021, as operações apresentaram remuneração média de 98,36% do CDI para títulos públicos e 84,09% do CDI para compromissadas com lastro em papel de terceiros (95,49% do CDI para títulos públicos e 82,45% do CDI para compromissadas em 31 de dezembro de 2020).

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fundo de investimentos (i)	10.492	-	10.492	-
Aplicações em CDB (ii)	58.617	32.267	65.570	34.271
Braskem ações	716	898	716	388
	69.825	32.855	76.778	34.659
Ativo circulante	31.085	388	31.085	388
Ativo não circulante	38.740	32.267	45.693	3.271
	69.825	32.855	76.778	34.659

(i) Referem-se às aplicações em fundos de investimentos dados em garantia da operação de co-branding com o Itaú Unibanco cuja remuneração média é de 96,69% em 31 de dezembro de 2021.
 (ii) Referem-se às aplicações em Certificados de Depósito Bancário (CDB), cuja remuneração média, em 31 de dezembro de 2021, foi de 98,55% do CDI (controladora) e 98,80% do CDI (consolidado), dadas em garantia na operação de financiamento junto ao Banco Caixa Econômica Federal (R\$17.982 com remuneração média de 96,00% do CDI), Bradesco (R\$25.968 com remuneração média de 100% do CDI), Banco Alfa (R\$2.324 com remuneração de 100% do CDI), Banco Industrial (R\$4.157 com remuneração de 100% do CDI), Daycoval (R\$1.686 com remuneração média de 100% do CDI) e com o Banco Saria (R\$5.501 com remuneração média de 98,00% do CDI) para a Controladora; garantias junto ao Banco ABC (R\$ 1.791 com remuneração média de 106,00% do CDI) e Itaú (R\$5.161 com remuneração média de 99,00% do CDI) nas controladas Registrada e M CARTÕES, respectivamente, conforme nota explicativa nº 16. Em 31 de dezembro de 2020, a remuneração média foi de 99,83% do CDI, dados em garantia na operação de financiamento junto à Caixa Econômica Federal, Banco ABC, Banco Alfa, Banco Daycoval, e dados em garantia em carta fiança Banco Itaú e Banco Saria.

6.5. Risco de crédito: Conforme política financeira da Companhia, os valores registrados como equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários são aplicados em instituições financeiras com rating de longo prazo em escala nacional, classificados com baixo risco de crédito e com reconhecida solidez no mercado.

7. Cartões a receber de clientes
7.1. Política contábil: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de cartão de crédito e débito (Marisa e terceiros) e de empréstimo pessoal no curso normal das atividades da Companhia. As operações de venda a prazo são registradas pelos valores facturados, ajustados ao valor presente, considerando-se a taxa média do custo de captação da Companhia, pois o preço à vista e o parcelamento têm o mesmo valor de venda, não sendo política da Companhia conceder descontos para pagamentos antecipados; além disso, não é considerada a variável juros na política de precificação dos produtos. A provisão para perdas em créditos é constituída com base na análise das carteiras de clientes, e em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às perdas esperadas na realização dos créditos.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Cartões de crédito e débito - terceiros (i)	101.484	143.707	101.484	143.751
Cartão Marisa Itaucard - “co-branded” (ii)	35.088	29.477	35.088	29.477
Cartão Marisa - “private label” com juros (iii)	-	-	337.953	272.700
Cartão Marisa - “private label” sem juros	245.677	180.705	301.591	268.328
Contas a receber - Banco Itaú Unibanco	-	-	10.753	2.941
Operações de crédito pessoal - M PAGAMENTOS	-	-	189.429	123.783
Outras contas a receber	2.490	1.758	2.590	1.786
Ajuste a valor presente	(4.779)	(1.465)	(4.779)	(1.465)
Perdas de crédito esperadas (iv)	-	-	(113.314)	(136.160)
	379.960	354.162	860.755	705.175

(i) Refere-se ao saldo com administradoras de cartões de crédito, cujo recebimento se dá em até 90 dias é de 94,6% em 31 de dezembro de 2021 (93,30% em 31 de dezembro de 2020).
 (ii) Conforme contrato celebrado com o Itaú Unibanco S.A. (“Itaú Unibanco”) para criação do cartão de crédito Itaú Unibanco/ Marisa (“co-branded”), nas situações em que ocorre a migração do cliente detentor do “Cartão Marisa” para este novo cartão, os saldos a receber em aberto são automaticamente assumidos pelo Itaú Unibanco, o qual pagará à Companhia o valor principal acrescido de juros previamente contratados pelo cliente nas vendas parceladas, se aplicável.

(iii) Refere-se às operações de Cartão Marisa registradas na M CARTÕES, com parcelas vencidas, que são migradas automaticamente para M PAGAMENTOS, enquanto que as vendas parceladas com incidência de juros são originadas diretamente na financeira.
 (iv) O critério de provisão do Cartão Marisa e Operações de crédito pessoal tem como base a expectativa de realização da carteira de crédito, levando em consideração a performance de recuperação dos recebíveis até 360 dias após o vencimento. Essa metodologia tem suportado as estimativas de perdas neste carteira com razoável grau de assertividade, e atende aos conceitos do Pronunciamento Técnico NBC TG 48/IFRS 9. Tal critério, tanto para distribuição das faixas como para atribuição do percentual de provisão, não é comparável com o utilizado para carteiras de crédito de instituições financeiras, que estão sob a norma do Banco Central (Resolução 268/2), que estabelece, entre outros, o arresto dos saldos dos clientes para a pior faixa de risco, com a aplicação de percentuais mínimos de provisão para cada faixa.

7.3. Perdas de crédito esperadas: As contas a receber vencidas há mais de 180 dias são baixadas em contrapartida das perdas de crédito esperadas, exceto as operações com empréstimos pessoais, as quais são mantidas em carteira até completarem 360 dias do vencimento, em razão da prática das instituições financeiras.

	Consolidado	
	2021	2020
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(153.895)	-
Constituições/reversões	-	(209.995)
Créditos baixados definitivamente	-	227.784
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	(136.106)
Constituições/reversões	-	(95.175)
Créditos baixados definitivamente	-	117.967
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	(113.314)

	Consolidado	
	2021	2020
A vencer:		
Até 30 dias	44.422	31.142
De 31 a 60 dias	31.886	22.813
De 61 a 90 dias	29.268	21.494
De 91 a 180 dias	64.222	48.210
Acima de 181 dias	39.635	30.302
Soma do saldo a vencer	209.433	153.961
Percentual sobre a carteira total	61,97%	56,46%
Vencidas:		
Até 30 dias	19.800	14.224
De 31 a 60 dias	15.977	6.910
De 61 a 90 dias	13.038	5.024
De 91 a 120 dias	10.952	4.374
De 121 a 150 dias	11.348	3.651
De 151 a 180 dias	11.226	5.178
De 181 a 240 dias	16.665	20.211
De 241 a 300 dias	20.606	35.726
De 301 a 360 dias	8.908	23.238
Total do saldo vencidas	128.520	118.739
Percentual sobre a carteira total	38,03%	43,54%
Total dos saldos a vencer e vencidas	337.953	272.700

	Consolidado	
	2021	2020
A vencer:		
Até 30 dias	106.637	99.255
De 31 a 60 dias	56.106	33.963
De 61 a 90 dias	38.237	20.365
De 91 a 120 dias	23.595	13.810
De 121 a 150 dias	15.283	10.669
De 151 a 180 dias	1.570	952
De 181 a 210 dias	1.281	524
Acima de 210 dias e menor de 360 dias	2.968	1.167
Soma do saldo a vencer	245.677	180.705
Percentual sobre a carteira total	100,00%	100,00%
Vencidas:		
Até 30 dias	-	24.480
De 31 a 60 dias	-	5.594
De 61 a 90 dias	-	2.549
De 91 a 120 dias	-	1.597
De 121 a 150 dias	-	1.591
De 151 a 180 dias	-	6.597
Total do saldo vencidas	-	42.408
Percentual sobre a carteira total	-	14,06%
Total dos saldos a vencer e vencidas	245.677	180.705

	Consolidado	
	2021	2020
A vencer:		
Até 30 dias	26.855	16.126
De 31 a 60 dias	23.993	13.285
De 61 a 90 dias	19.247	10.755
De 91 a 120 dias	15.665	8.474
Acima de 181 dias	35.004	19.507
Soma do saldo a vencer	146.878	81.943
Percentual sobre a carteira total	77,54%	66,20%
Vencidas:		
Até 30 dias	9.272	4.507
De 31 a 60 dias	5.886	3.212
De 61 a 90 dias	4.758	3.470
De 91 a 120 dias	4.098	4.106
De 121 a 150 dias	3.628	3.032
De 151 a 180 dias	3.445	4.715
De 181 a 240 dias	5.877	8.974
De 241 a 300 dias	3.976	6.289
De 301 a 360 dias	1.611	2.026
Total do saldo vencidas	42.551	41.840
Percentual sobre a carteira total	22,46%	33,80%
Total dos saldos a vencer e vencidas	189.429	123.783

MARISA.COM.BR

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001 que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 em 17/03/2022 18:16. A autenticidade desse documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link <http://valor.globo.com/valor-ri/>

Hash: 16474653613a5748f28e1d493d868e667a2aba431

7.7. Risco de crédito: As políticas de vendas e concessão de crédito da Companhia são avaliadas e fixadas por sua Administração, suportadas por sistemas tecnológicos e processos avançados, vinculados à área de risco e fraude, visando minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração da Companhia e suas controladas através da adoção de uma política de gestão rigorosa na concessão de crédito, por meio da seleção criteriosa da carteira de seus clientes que considera o perfil e a capacidade de pagamento por meio de análise de crédito.

8. Estoques
8.1. Política contábil: Os estoques são apresentados pelo menor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio, incluindo os impostos não recuperáveis, custos de transporte, seguro, manuseio e demais custos necessários para trazer os estoques às suas condições atuais. Para o cálculo do ajuste a valor presente, considera-se o custo médio de captação da Companhia. Quando necessário, os estoques são deduzidos de provisão para perdas, constituída pela Administração, em caso de desvalorização, obsolescência, baixa rotatividade de produtos e perdas de inventário.

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Provisão constituída	379.381	289.681
Provisões para perdas dos estoques	(15.062)	(24.397)
Ajuste a valor presente	(3.483)	(2.489)
Mercadorias para venda, líquidas	360.836	262.795
Importação em andamento	1.980	6.121
Estoque de material de consumo e embalagem	6.513	5.961
	369.329	274.877

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	(24.878)
Provisão constituída	-	(29.834)
Baixa de provisão	-	30.315
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	(24.397)
Provisão constituída	-	(16.825)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	(20.998)

9. Tributos a recuperar
9.1. Política contábil: Os tributos a recuperar são aqueles incluídos nas operações de aquisições de bens e serviços geralmente vinculados às atividades operacionais da Companhia. Tais tributos não são apropriados aos custos dos estoques e a Companhia adota os critérios estabelecidos nas legislações vigentes para sua apropriação.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Imposto sobre circulação de mercadorias e Serviços (ICMS)	16.296	14.007	16.296	14.007
Imposto de renda sobre aplicação financeira	10.937	11.606	13.769	14.387
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (IRPJ e CSLL)	125.773	2.986	211.469	90.809
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	1.722	1.284	3.900	3.489
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	452.425	494.943	458.078	502.179
Programa de Integração Social (PIS)	99.305	109.461	100.532	110.397
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	1.633	1.583	1.633	1.583
Outros (i)	19.878	3.701	19.878	4.691
	727.965	639.571	825.555	741.542
Ativo circulante	143.318	136.832	187.258	180.984
Ativo não circulante	584.651	501.739	638.297	560.558
	727.965	639.571	825.555	741.542

(i) Refere-se substanciamento do crédito de INSS sobre salário maternidade e salário doença/seguro, conforme mencionado na nota explicativa nº 9.2.3.

9.2. Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS - Controladora: Em junho de 2020, a Companhia ingressou com Mandado de Segurança referente à inconstitucionalidade da inclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na base de cálculo do PIS e da COFINS, sendo que em novembro de 2018, obteve o trânsito em julgado favorável de sua ação (RE/504.365) perante o Supremo Tribunal Federal. A ação garantiu à Companhia o direito de reaver, mediante compensação, os valores indevidamente recolhidos e não prescritos, no período de 1992 a 2014, com as devidas correções. O impacto total registrado à época corresponde a R\$801.260. Em março de 2019, foi deferido o pedido de habilitação do créditos pela Receita Federal, estando a Companhia apta para compensações futuras, sendo o montante atualizado de R\$807.701 àquela data. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo desses créditos é de R\$488.060 (R\$486.893 em 31 de dezembro de 2020). A Companhia ingressou com medida judicial (Ação Declaratória no rito Ordinário) em janeiro de 2015, sobre o mesmo tema, buscando afastar as alterações trazidas pela Lei 12.973/2014. Em junho de 2015, foi concedida a antecipação de tutela para excluir o ICMS sobre vendas de mercadorias da base de cálculo do PIS e da COFINS. Desta forma, a Companhia passou a suspender a exigibilidade deste débitos em suas obrigações mensais. A sentença judicial confirmou a decisão liminar e ratificou todos os seus termos, ocorrendo em fevereiro de 2018 o trânsito em julgado definitivo desta ação. Referente ao período de dezembro de 2014 a junho de 2015, e saldos remanescentes de fevereiro de 2018, a Companhia aprovou os valores recolhidos indevidamente e procedeu o pedido de habilitação perante a Receita Federal, o qual foi deferido em novembro de 2018, no montante de R\$53.229 sendo estes totalmente utilizados até fevereiro de 2019. Em 13 de maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal julgou os embargos de declaração opostos pela Fazenda Nacional no *leading case* desse tema, confirmando que o ICMS a ser excluído é o destacado em nota fiscal e assegurando a recuperação de valores para contribuintes que ingressaram com ações judiciais até 15 de março de 2017. Ambas as ações judiciais da Companhia foram transitadas em julgados nas datas supramencionadas, anteriores à 15 de março de 2017, e estão pacificadas e fundamentadas na exclusão do ICMS incidente em cada operação de venda (tido como ICMS destacado), constando inclusive nas decisões judiciais, sem qualquer alegação da procuradoria nos autos a respeito do ICMS recolhido/a recolher. A Companhia, com base no disposto do Ofício-Circular CVM/SEP 01/21 e da NBC TG 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, reavaliou o tratamento contábil aplicado e concluiu que não se trata de um ativo contingente e a realização do ganho é praticamente certa, uma vez que ambas as ações estão em conformidade com a decisão do Supremo Tribunal Federal. E que possui os créditos habilitados pela Receita Federal, em conformidade com pareceres elaborados por nossos assessores jurídicos. Adicionalmente, os montantes contabilizados foram mensurados com razoável confiabilidade e conciliado com os arquivos fiscais e contábeis de cada exercício de apuração. **9.2.2. Imposto de renda (“IRPJ”) e contribuição social (“CSLL”) - Controladora:** **9.2.2.1. Neutralidade tributária:** Em março de 2021, a Companhia concluiu as análises acerca da neutralidade tributária como fundamento para o não tributo de IRPJ e CSLL sobre o valor do indébito decorrente de despesas contabilizadas em períodos nos quais foi apurado prejuízo fiscal de IRPJ e/ou base negativa de CSLL. A desconsideração da situação tributária do contribuinte na data da dedução de uma despesa indevida e devolvida anos depois implicaria na exigência de tributo sem base legal, visto que, conforme apresentado e corroborado por decisões em julgados análogos, deve-se buscar a neutralidade tributária da repetição de indébito decorrente de situação jurídica conflituosa. Diante disto, a Companhia efetuou a realização dos ajustes dos saldos de prejuízo fiscal do IRPJ e base negativa de CSLL do ano de 2018, de forma a reduzi-los, conforme o valor do indébito reconhecido, revertendo a majoração de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL ocorrida durante os anos em que houve o pagamento indevido de PIS e COFINS (2011-2015), os quais resultaram em uma recuperação de R\$32

continuação...

Demonstrações Financeiras



MARISA LOJAS S.A. 61.189.288/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os gastos com desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: • É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso; • A Administração pretende concluir o software e usá-lo no vendê-lo; • O software pode ser vendido ou usado; • Pode-se demonstrar que é provável que o software gerará benefícios econômicos futuros; • Está disponível adequado recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software; • O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança. Os gastos com desenvolvimento de *software* são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada, a qual é avaliada anualmente. Em 31 de dezembro de 2021, a Administração não identificou nenhum indicativo relevante que requeira a reavaliação da vida útil dos seus ativos intangíveis. As despesas relacionadas à manutenção de software são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas. Os fundos de comércio e os direitos de uso de infraestrutura pagos pela Companhia quando da assinatura dos contratos de aluguel são capitalizados e posteriormente amortizados linearmente pelo prazo do respectivo contrato de locação, pois não são recuperáveis ao final do prazo de locação. **13.1.3. Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros:** Os bens do imobilizado e intangível e, quando aplicável, outros ativos não financeiros são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente de situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, ela é reconhecida no resultado do exercício. Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC's), os quais correspondem a cada uma das lojas.

13.2. Composição do imobilizado

	2021			2020		
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Instalações	323.917	(272.775)	51.142	315.199	(256.696)	58.503
Benefícios em imóveis de terceiros	742.375	(728.143)	14.232	739.420	(723.322)	16.188
Equipamentos de informática	135.112	(124.990)	10.122	133.039	(121.930)	11.109
Móveis e utensílios	214.752	(181.256)	33.496	212.063	(170.220)	41.743
Imobilizado em andamento e outros	7.777	(4.662)	3.112	8.069	(4.250)	3.809
1.423.943	(1.311.829)	112.114	1.107.850	(1.276.438)	313.412	

13.3. Movimentação do valor contábil líquido do imobilizado

	Taxa média anual %	2020			Provisão ao valor recuperável	2021
		Adições	Baixas	Depreciação		
Instalações	10	58.503	9.422	(513)	(17.698)	1.428
Benefícios em imóveis de terceiros	(i)	16.188	9.565	(2.842)	(8.723)	44
Equipamentos de informática	20	11.169	1.937	(4)	(3.166)	186
Móveis e utensílios	10	41.743	3.511	(108)	(11.911)	271
Imobilizado em andamento e outros	10	3.809	797	(1.096)	(398)	3.112
		133.412	25.232	(4.563)	(41.896)	1.929

(i) O prazo de depreciação é realizado conforme prazo contratual, variando entre cinco a dez anos.
(ii) O total da depreciação das contas patrimoniais difere em R\$2.190 do resultado, pelo fato de haver compartilhamento de despesas de depreciação entre a Controladora e suas controladas.

	Taxa média anual %	2019			Provisão ao valor recuperável	2020
		Adições	Baixas	Depreciação		
Instalações	10	58.973	9.555	(513)	(17.765)	1.428
Benefícios em imóveis de terceiros	(i)	16.258	9.565	(2.842)	(8.782)	44
Equipamentos de informática	20	12.163	1.947	(4)	(3.934)	186
Móveis e utensílios	10	42.048	3.511	(108)	(11.968)	271
Imobilizado em andamento e outros	10	3.884	797	(1.096)	(430)	3.155
		133.326	25.375	(4.563)	(42.879)	1.929

(i) O prazo de depreciação é realizado conforme prazo contratual, variando entre cinco a dez anos.
(ii) O total da depreciação das contas patrimoniais difere em R\$3.279 do resultado, pelo fato de haver compartilhamento de despesas de depreciação entre a Controladora e suas controladas.

13.4. Composição do intangível

	Taxa média anual %	2019			Provisão ao valor recuperável	2020
		Adições	Baixas	Depreciação		
Instalações	10	72.878	10.381	(1.640)	(21.046)	(2.070)
Benefícios em imóveis de terceiros	(i)	31.754	3.455	(598)	(18.700)	277
Equipamentos de informática	20	12.658	3.278	(261)	(4.316)	(190)
Móveis e utensílios	10	55.086	1.945	(596)	(14.355)	(337)
Imobilizado em andamento e outros	10	1.401	2.971	(140)	(423)	3.809
		173.777	22.020	(3.255)	(58.840)	(2.320)

(i) O prazo de depreciação é realizado conforme prazo contratual, variando entre cinco a dez anos.
(ii) O total da depreciação das contas patrimoniais difere em R\$3.279 do resultado, pelo fato de haver compartilhamento de despesas de depreciação entre a Controladora e suas controladas.

13.5. Movimentação do valor contábil líquido do intangível

	Taxa média anual %	2019			Provisão ao valor recuperável	2021
		Adições	Baixas	Amortização		
Software	20	82.560	37.510	(33.890)	(86.980)	82.560
Fundo de comércio (i)	(ii)	4.154	-	(1.793)	(360)	2.001
Direitos de uso de infraestrutura (i)	20	792	-	(511)	(48)	233
Intangível em andamento	(iii)	-	12.633	-	-	12.633
Marcas e patentes	-	62	-	-	-	62
		87.568	50.143	(35.394)	(408)	101.909

(i) Fundo de comércio pago quando da celebração dos arrendamentos das lojas localizadas em ruas, enquanto que os direitos de uso de infraestrutura são os valores pagos referentes às lojas localizadas em shoppings.
(ii) O prazo de amortização é realizado conforme prazo contratual, variando entre cinco a dez anos para ambos os períodos/exercícios.
(iii) Refere-se ao desenvolvimento em andamento das plataformas digitais do varejo como o aplicativo, sistemas relacionados à multicanalidade, robótica e automação em andamento de atividades, entre outros.

13.6. Movimentação da provisão ao valor recuperável: No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração fez o cálculo de impairment baseado no resultado atual e projeções futuras para as receitas com custos e despesas, no prazo de dez anos e utilizando a taxa de desconto de 10,01%. A Companhia também registra provisão para redução ao valor recuperável quando planos de fechamento de lojas são aprovados pela Administração. A provisão é feita no montante estimado de baixas de ativos, a qual é revertida no momento da baixa efetiva. Com base nessas análises, a Companhia efetuou o registro de R\$2.001 de provisão ao valor recuperável para as unidades cuja projeção não excedeu seu valor contábil.

	2021			2020		
	Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Software	398.384	(311.404)	86.980	360.095	(277.535)	82.560
Fundo de comércio	62.908	(60.907)	2.001	63.268	(59.114)	4.154
Direitos de uso de infraestrutura	24.222	(23.989)	233	24.270	(23.478)	792
Intangível em andamento e outros	12.834	(139)	12.695	201	(139)	62
	498.348	(396.439)	101.909	407.834	(360.266)	87.568

	Taxa média anual %	2019			Provisão ao valor recuperável	2021
		Adições	Baixas	Amortização		
Software	20	92.099	31.278	(80)	(40.737)	82.560
Fundo de comércio (i)	(ii)	4.154	-	(87)	(2.613)	4.154
Direitos de uso de infraestrutura (i)	20	1.896	-	(86)	(1.018)	792
Marcas e patentes	-	68	-	-	-	68
		109.919	35.065	(253)	(47.497)	97.234

(i) Refere-se ao desenvolvimento em andamento das plataformas digitais do varejo como o aplicativo, sistemas relacionados à multicanalidade, robótica e automação em andamento de atividades, entre outros.

14. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento
14.1. A IFRS 16/NBC TG06 (R3) substitui as orientações existentes na IAS 17 e determina, essencialmente, que os arrendamentos passem a reconhecer em seu passivo os pagamentos futuros e em seu ativo o direito de uso de um bem arrendado ou com características de arrendamento mercantil. Sendo assim, contratos de arrendamento financeiro e operacional passam a ter o mesmo tratamento contábil, ficando fora do escopo da norma contratos com características variáveis, de curto prazo ou de baixo valor. A Companhia utilizou as seguintes premissas para cálculo: (i) Taxas nominais de desconto, prontamente observáveis, ajustadas ao risco de crédito da última captação obtida pelo Grupo; (ii) Contratos inferiores a 12 meses e de baixo valor não foram considerados para fins de aplicação da norma. A contabilização de pagamentos como despesas, em contratos ou parte de contratos cuja composição de valor dependa de variável; e (iii) O cálculo da rentabilidade é considerado apenas quando a renovação for praticamente certa. Para os demais contratos são considerados apenas o prazo residual vigente. Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.1, a Companhia aplicou o expediente prático a todos os benefícios concedidos em contratos de arrendamento em consonância com os requisitos da Deliberação nº 859/20 e registrou R\$13.468 no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 na rubrica de "Despesas com vendas", oriundas das renovações dos contratos de lojas. Em 31 de dezembro de 2020, foi R\$58.793, sendo R\$58.039 na rubrica de "Despesas com vendas", oriundas das renovações dos contratos de lojas, e R\$754 na rubrica "Despesas gerais e administrativas", oriundo da renovação dos contratos das áreas administrativas. A Companhia entende que, pelas características atuais de seus arrendamentos (contratos de aluguel atualizados pela inflação em bases anuais), deveria adotar, para fins de registro contábil, a utilização da taxa real sobre o fluxo de caixa descontado real (sem projeção de inflação), preservando a consistência de seus fluxos de caixa para esses contratos de arrendamento. Entretanto, optou por adotar a utilização da taxa nominal sobre o fluxo de caixa descontado real (sem projeção de inflação), uma vez que está amparada pela NBC TG 06 (R3) - Arrendamentos, bem como pelo Ofício Circular CVM SNC/SEP 01/20. A Companhia apresentará em nota as informações complementares para fins de comparação entre a modelagem que entende como ideal, a modelagem destacada na norma e a modelagem entendida como benchmarking pelos seus órgãos reguladores. Para chegar nas taxas de desconto aplicáveis, a Companhia se baseou em taxas de juros prontamente observáveis no mercado brasileiro, considerando os prazos de cada contrato, ajustadas ao risco de crédito obtido pelas emissões de mercado realizadas pelas empresas do Grupo. A tabela abaixo evidencia a taxa média ao ano de acordo com os prazos de vencimento dos contratos:

	Contratos por prazo e taxa de desconto		Taxa média a.a. (%)
	Até 3 anos	De 3 a 15 anos	
	16,18%	12,93%	
	16,18%	12,93%	
	16,18%	12,93%	

MARISA.COM.BR

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001 que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 em 17/03/2022 18:16. Autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link <http://valor.globo.com/valor/i/>

Hash: 16474653613a5748128e1d493d868e667a2aba4a31

14.2. Movimentação do ativo de direito de uso

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2019	547.842	548.116
Depreciação acumulada	(190.804)	(190.911)
Remensuração (i)	180.799	180.937
Saldos em 31 de dezembro de 2020	537.837	538.142
Depreciação acumulada	(193.531)	(193.429)
Remensuração (i)	181.101	180.903
Saldos em 31 de dezembro de 2021	525.587	525.616

(i) Remensuração realizada em função de renovações e modificações estruturais de determinados contratos.

14.3. Movimentação do passivo de arrendamento

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2019	569.362	569.612
Juros incorridos	76.427	76.454
Pagamentos	(181.850)	(181.978)
Descontos obtidos (i)	(60.562)	(60.562)
Remensuração	180.799	180.937
Saldos em 31 de dezembro de 2020	584.176	584.463
Juros incorridos	67.747	67.771
Pagamentos	(239.717)	(239.797)
Remensuração	181.101	180.903
Descontos obtidos (i)	(13.737)	(13.737)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	579.570	579.603

Circulante

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2021	171.086	171.119
Nota promissória - Safra	408.484	408.484
Resolução nº 4131	579.570	579.603
Não circulante	-	-

(i) Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.1, a Companhia aplicou o expediente prático a todos os benefícios concedidos em contratos de arrendamento em consonância com os requisitos da Deliberação nº 859/20. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia efetuou a renovação de determinados contratos, os quais tiveram modificações estruturais no arrendamento, além do encerramento de alguns contratos.

14.4. Cronograma de vencimento do passivo de arrendamento

	Controladora	Consolidado
Vencimento	171.086	171.119
Em até 12 meses	116.326	116.326
De 13 a 24 meses	79.215	79.215
De 25 a 36 meses	65.993	65.993
De 37 a 48 meses	146.950	146.950
Acima de 48 meses	579.570	579.603

14.5. Crédito de PIS e COFINS: A Companhia possui direito a crédito de PIS e COFINS nos contratos de aluguel que aderiram ao NBC TG 06 (R3) na ocorrência de seus pagamentos. Apresentamos, abaixo, os valores potenciais desses impostos em 31 de dezembro de 2021:

	Controladora	Consolidado	Valor nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	838.958	839.002	839.002	579.603
PIS e COFINS potencial (9,25%)	77.604	77.608	77.608	53.610

14.6. Demais informações: No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía contratos de arrendamento de lojas, com características de composição de valor variável, no montante de R\$4.404 (R\$3.559 em 31 de dezembro de 2020) e contratos referente locação de equipamentos, os quais o ativo subjacente é de baixo valor, no montante de R\$15 (R\$441 em 31 de dezembro de 2020), ambos registrados como despesas com aluguéis operacionais. Com o objetivo de estar em conformidade com a norma, a Companhia optou pela adoção da metodologia de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação projetada nos fluxos a serem descontados considerando uma taxa nominal na aplicação dessa técnica. Entendemos que essa metodologia gera distorções relevantes na informação prestada, considerando a realidade atual das taxas de juros longo prazo no ambiente econômico brasileiro. Além do mais, devido às características dos seus contratos de arrendamento, a Controladora considera como metodologia ideal a utilização de uma taxa real de desconto na aplicação do fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos descontados. Dessa forma, para resguardar a representatividade fidedigna da informação e em atendimento ao Ofício Circular CVM SNC/SEP nº 02/2019, apresentamos abaixo os saldos comparativos do ativo de direito de uso, passivo de arrendamento, da despesa financeira e da despesa de depreciação do exercício social encerrado e do exercício anterior:

	Taxa média a.a.	Adoção	2020	2021
Direito de uso				
FCO Real x Taxa Nominal (NBC TG 06 (R3) e Metodologia aplicada)	13,03%	651.095	537.837	525.587
FCO Nominal x Taxa Nominal (Benchmarking CVM)	13,40%	762.959	546.675	540.712
Passivo de arrendamento				
FCO Real x Taxa Nominal (NBC TG 06 (R3) e Metodologia aplicada)		651.095	584.176	579.570
FCO Nominal x Taxa Nominal (Benchmarking CVM)		782.959	593.776	596.248
Despesa financeira				
FCO Real x Taxa Nominal (NBC TG 06 (R3) e Metodologia aplicada)		76.427	67.747	67.747
FCO Nominal x Taxa Nominal (Benchmarking CVM)		47	67.683	69.697
Despesa de depreciação				
FCO Real x Taxa Nominal (NBC TG 06 (R3) e Metodologia aplicada)		190.804	193.351	193.351
FCO Nominal x Taxa Nominal (Benchmarking CVM)		193.939	198.915	198.915

15. Fornecedores
15.1. Política contábil: Os saldos das contas a pagar de fornecedores são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, trazidas à valor presente pelo custo médio de captação da Companhia, considerando-se o prazo efetivo de cada operação. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi utilizada para o ajuste a valor presente de fornecedores, a taxa Selic de 0,77% a.m. em 01 de dezembro de 2020. O ajuste a valor presente de compras é registrado em contas de "Fornecedores" (retificadora) e tem como contrapartida a conta de "Custo de mercadorias vendidas". Em sua relação com seus fornecedores, a Companhia adota como prática a antecipação de recebíveis. São operações cujo objetivo é atender necessidades de liquidez da cadeia de fornecedores são feitas ora com recursos do próprio caixa da Companhia, ora via linhas de crédito com bancos parceiros. Os descontos obtidos com estas antecipações são registrados como redução do custo das vendas, uma vez que estão diretamente relacionados ao contrato de fornecimento de mercadorias.

15.2. Composição

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Mercadoria para revenda nacional e suprimentos	382.827	401.129	382.827	401.910
Mercadoria para revenda importação	47.662	40.588	47.662	40.588
Serviços	45.117	33.332	56.513	33.867
Outros	47	14	96	31
Ajuste a valor presente	(5.917)	(2.498)	(5.917)	(2.498)
Fornecedores	469.736	472.577	481.151	473.930
Fornecedores convênio	347.058	365.190	358.473	366.543
	122.678	107.387	122.678	107.387
	469.736	472.577	481.151	473.930

O saldo registrado em "Fornecedores convênio" refere-se às antecipações de valores efetuadas pelos fornecedores por meio de cessão de crédito, em função do convênio firmado pela Companhia junto ao Santander, Bradesco e M PAGAMENTOS. Nesta operação, os fornecedores podem antecipar seus títulos diretamente com os bancos somente após a entrega das mercadorias para a Companhia e com uma taxa média de desconto de 1,45% e prazo de até 90 dias, porém

Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Companhia podem antecipar seus títulos diretamente com a M PAGAMENTOS, com uma taxa média de desconto de 1,40% e prazo de até 90 dias, conforme nota explicativa nº 11.2.1. Em 31 de dezembro de 2021, a receita a apropriar pela M PAGAMENTOS oriunda dos juros desta operação com fornecedores da Marisa era de R\$937.

19.3. Composição de outros passivos

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Contas a pagar Itaucard (i).....	4.400	5.044	8.084	5.044
Provisão honorários advocatícios (ii).....	20.407	35.017	21.259	35.423
Provisões servidos de terceiros (iii).....	35.907	24.095	46.689	38.713
Seguros a pagar à Assurant (iv).....	-	-	15.206	25.197
Parceria de venda de celular (v).....	-	-	4.659	6.014
Outros (vi).....	18.671	19.726	18.606	19.876
Passivo circulante	79.385	83.882	114.503	130.267
Passivo não circulante.....	76.972	63.186	108.406	108.236
Passivo não circulante.....	2.413	20.696	6.097	22.031
Passivo não circulante	79.385	83.882	114.503	130.267

- (i) Refere-se a recebimentos de fatura por clientes Marisa Itaucard (cartões co-branded). Uma vez que quando estes clientes são migrados, é efetuado o repasse direto ao recebimento de fatura.
- (ii) Refere-se a honorários a serem pagos aos advogados decorrentes, substancialmente, das ações relacionadas ao tema de crédito com PIS e COFINS.
- (iii) Refere-se substancialmente a consultorias especializadas em realizar ações de marketing.
- (iv) Refere-se a repasse de comissões de seguros vendidos pela Companhia em parceria com a seguradora Assurant.
- (v) Refere-se a repasse de comissões de celulares vendidos em parceria com empresa terceira.
- (vi) Tratam-se de valores pulverizados que se referem, substancialmente, a provisões de despesas em lojas, tais como fretes, energia, água, telefone, entre outras.

20. Provisão para litígios e demandas judiciais

20.1. Política contábil: A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos em decorrência do curso normal de suas operações, envolvendo questões de natureza tributária, trabalhista e cível e em processos administrativos. As provisões decorrentes dessas ações judiciais e processos administrativos são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos passados, sendo provável a necessidade de saída de recursos financeiros para liquidar essa obrigação e o valor pode ser razoavelmente estimado na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação de evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, não materialização, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A provisão para riscos trabalhistas é calculada com base no histórico de perdas sobre toda a massa de processos e o valor histórico de perdas por cargo do reclamante. A Administração acredita que, apoiada na opinião e nas estimativas de seus advogados e consultores legais, a provisão para litígios e demandas judiciais é suficiente para cobrir as perdas prováveis.

20.2. Composição

	Controladora					
	2020	Adições	Pagamentos	Reversões	Atualizações	2021
Tributárias:						
FGTS (i).....	27.907	1.359	-	-	819	30.085
IP (ii).....	31.454	-	-	-	986	32.440
FAP/RAT.....	10.583	74	-	-	503	11.160
Outros riscos tributários.....	11.863	138	-	(3.469)	271	8.803
Trabalhistas.....	81.807	1.571	-	(3.469)	2.579	82.488
Cíveis.....	26.066	14.143	(2.626)	(3.602)	3.050	37.031
Depósitos judiciais.....	2.480	318	(456)	(1.629)	140	853
	110.353	16.032	(3.082)	(8.700)	5.769	120.372
	108.396	533	-	(8.920)	1.861	100.970

	Consolidado					
	2020	Adições	Pagamentos	Reversões	Atualizações	2021
Tributárias:						
FGTS (i).....	27.907	1.359	-	-	819	30.085
IP (ii).....	31.454	-	-	-	986	32.440
FAP/RAT.....	10.748	74	-	-	503	11.325
Outros riscos tributários.....	11.863	375	-	(3.469)	521	9.290
Trabalhistas.....	81.972	1.808	-	(3.469)	2.829	83.140
Cíveis.....	32.980	22.332	(2.785)	(4.037)	3.380	51.870
Depósitos judiciais.....	10.532	5.313	(2.937)	(3.667)	2.499	11.740
	125.484	29.453	(5.722)	(11.173)	8.708	146.570
	142.035	612	-	(10.572)	1.949	134.024

	Controladora					
	2019	Adições	Pagamentos	Reversões	Atualizações	2020
Tributárias:						
FGTS (i).....	25.324	2.128	-	-	455	27.907
IP (ii).....	22.613	-	-	-	8.841	31.454
FAP/RAT.....	10.213	89	-	-	281	10.583
Liminar - exclusão do PIS e COFINS sobre a própria base (iii).....	32.678	3.529	(36.207)	-	-	-
Outros riscos tributários.....	10.381	82	-	-	1.400	11.863
Trabalhistas.....	101.209	5.828	(36.207)	-	10.977	81.807
Cíveis.....	27.332	7.137	(3.572)	(5.080)	249	26.066
Depósitos judiciais.....	648	895	(257)	(131)	1.325	2.480
	129.189	13.860	(40.036)	(5.211)	12.551	110.353
	97.396	14.992	-	(10.189)	6.197	108.396

	Consolidado					
	2019	Adições	Pagamentos	Reversões	Atualizações	2020
Tributárias:						
FGTS (i).....	25.324	2.128	-	-	455	27.907
IP (ii).....	22.613	-	-	-	8.841	31.454
FAP/RAT.....	10.378	89	-	-	281	10.748
Liminar - exclusão do PIS e COFINS sobre a própria base (iii).....	32.678	3.529	(36.207)	-	-	-
Outros riscos tributários.....	10.381	82	-	-	1.400	11.863
Trabalhistas.....	101.374	5.828	(36.207)	-	10.977	81.972
Cíveis.....	32.553	9.322	(3.863)	(5.368)	336	32.980
Depósitos judiciais.....	11.088	2.042	(4.053)	(2.126)	3.581	10.532
	145.015	17.192	(44.123)	(7.484)	14.894	125.484
	133.404	15.977	(13.633)	(6.287)	14.203	142.035

(i) A Companhia impetrou ação judicial contra a União Federal requerendo a inversão da alíquota de aplicação de IPI Complementar nº 110/01, a qual não respeitou o princípio da anterioridade para alteração da alíquota do FGTS. Tendo em vista a revogação parcial da tutela, em 19 de maio de 2020, a Companhia optou por continuar fazendo os depósitos judiciais das contribuições sociais e não o recolhimento das alíquotas cobranças.

(ii) A Companhia ingressou com medida judicial (Ação Declaratória no rito Ordinário) com fundamento na Lei nº 4.502/54 e no CTN, e obteve decisão favorável através da decisão de antecipaçãõ confirmada em sentença de primeira instância, para suspender a exigibilidade do IPI incidente na saída dos produtos importados do Centro de Distribuição da Companhia para comercialização/revenda.

(iii) Mandado de segurança em que se objetiva promover jurisdicional que exclua o PIS e o COFINS das suas próprias bases de cálculo. Em março de 2020, a liminar foi suspensa em função da reforma da decisão que declara que a Companhia não tem o direito de excluir o PIS e COFINS da sua própria base. Consequentemente, a Companhia efetuou a compensação de tais valores durante o segundo trimestre de 2020.

20.3. Depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Trabalhista.....	5.091	10.454	5.966	11.771
Cível.....	1.211	906	2.912	2.706
Tributário (i).....	83.312	56.224	83.312	86.165
FGTS Contribuição Social (ii).....	26.600	25.876	26.600	25.876
Demanda de energia elétrica (iii).....	10.388	10.388	10.388	10.388
FAP/RAT.....	1.033	922	1.199	1.087
Outros depósitos.....	3.276	3.626	3.657	4.042
Depósitos judiciais	100.970	108.396	134.024	142.035

(i) Corresponde a depósito judicial sobre restituições de imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) entre outros depósitos judiciais de natureza tributária.

(ii) Refere-se à contribuição social depositada em juízo no ato da rescisão contrato de trabalho.

(iii) Refere-se a depósito judicial de processo referente à demanda de imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS), sobre tarifa de Uso de Sistema de Distribuição (TUSD) e tributaçãõ contratada de potência de energia não consumida.

20.4. Processos avaliados como perda possível: Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas possuem processos tributários em andamento, cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, é classificada como perda possível. Os valores atualizados montam R\$482.255 na Controladora e R\$892.952 no Consolidado (R\$590.331 na Controladora e R\$835.591 no Consolidado em 31 de dezembro de 2020), os quais não foram provisionados, conforme determinam as práticas contábeis. Os principais temas estão descritos a seguir: **Contribuições previdenciárias:** A Companhia, possui atuação em virtude de possível divergência no pagamento das contribuições previdenciárias devidas a terceiros, incidentes sobre o programa de participação nos lucros e resultados da empresa – PLR. A discussão está na fase administrativa e o valor envolvido com a aplicação de juros e multa de mora é de R\$29.617 (R\$29.604 em 31 de dezembro de 2020). Dentro deste cenário a Companhia já possui decisão favorável, para afastar a cobrança dos valores possíveis. **ICMS - Importação:** A Companhia possui discussões judiciais relativas ao crédito de ICMS em operação de importação, supostamente devido ao Estado de São Paulo. A Companhia visa a anulação dos débitos fiscais através de Ação Anulatória, na qual, apresentou seguro garantia. O montante envolvido, considerando juros e multa de mora, equivale a R\$16.737 (R\$14.213 em 31 de dezembro de 2020). **ICMS - Diversos:** A Companhia possui diversas discussões, envolvendo seus estabelecimentos em todo Brasil relacionados à antecipação tributária, supostas divergências de estoque, crédito inválido, guerra fiscal e descumprimento de obrigações acessórias, sendo que há processos nas fases administrativa e judicial. O montante envolvido, com a aplicação de juros e multa de mora, é de R\$322.392 (R\$336.087 em 31 de dezembro de 2020). **PIS e COFINS:** A Companhia teve um pedido de compensação de crédito negado junto a Receita Federal do Brasil, referente a PIS e COFINS, cujo valor atualizado monta a R\$85.681 (R\$75.360 em 31 de dezembro de 2020). A discussão aguarda julgamento na esfera administrativa. **IRPJ e CSLL:** A controlada M CARTÕES, possui algumas autuações e discussões relativas a apuração dos anos-calendários de 2007 a 2012, cujo valor exigido com a aplicação de juros e multa de mora é de R\$383.666 (R\$336.200 em 31 de dezembro de 2020). A discussão aguarda julgamento na esfera administrativa.

Depósitos judiciais: A Companhia e suas controladas estão contestando o pagamento de certos impostos, contribuições, obrigações trabalhistas e processos cíveis e efetuaram depósitos para recursos de montantes equivalentes pendentes das decisões legais finais e depósitos em caução relacionados com os recursos sobre processos judiciais, no montante de R\$130.367, sendo R\$87.594 de Controladora (R\$137.283 em 31 de dezembro de 2020, sendo R\$104.770 da Controladora). **20.5. Ofício-Circular ADM SMC/SEP 0121 - ampliação do conceito de insumo:** Em conformidade com a literalidade do inciso II do artigo 3º das Leis 10.837/02 e 10.833/03, as despesas passíveis de serem caracterizadas como insumos são aquelas relativas aos bens e serviços utilizados na produção de bens e/ou na prestação de serviços pela pessoa jurídica. O Superior Tribunal de Justiça “STJ” ao julgar o Recurso Especial 1.221.170/PR, decidiu que o conceito de insumo deve ser aferido à luz dos critérios de essencialidade ou relevância, considerando a importância de determinado bem para o desenvolvimento da atividade econômica desempenha pelo contribuinte. A Companhia, amparada pelos assessores jurídicos, avalia que os dispêndios essenciais seriam aqueles sem os quais inviabilizaria a consecução do seu objeto social, seja insumos relativos às operações comerciais pela Controladora ou insumos relativos à administração e operações do cartão Marisa pela controlada M CARTÕES, tais como comissão e impressão de cartão de crédito, domínio, assistência médica, emissão de boletos, entre outros, no total de R\$14.825 na Controladora e R\$16.945 no Consolidado, em 31 de dezembro de 2021 (R\$15.041 na Controladora e R\$18.933 no Consolidado em 31 de dezembro de 2020).

21. Garantias, seguros e fianças bancárias

21.1. Seguro-garantia judicial: A Companhia optou por realizar seguro-garantia sobre alguns dos seus processos judiciais, com caráter de garantidor o pagamento de um valor correspondente ao depósito em juízo, em que o tomador necessita fazer durante processos judiciais. Esta modalidade de seguro é uma alternativa aos depósitos judiciais exigidos quando da apresentação de recursos de defesa no decorrer dos processos judiciais.

	2021	2020
Fator - Austral - Tokyo - Potencial - Zurich/Ins Seguros - Juntos Seguros - Swiss - Tre - Ekte - Berkley - Zurich - taxa média de 0,27% a.a.	485.590	369.228

21.2. Garantias concedidas via fiança bancária

	2021	2020
Bancos Safra - Itaú - Bradesco	52.768	26.155

22. Patrimônio líquido

22.1. Capital social: Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social da Companhia era de R\$1.447.349 representado por 281.666.739 ações ordinárias, sem valor nominal e com direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral, distribuído conforme segue:

	2021			2020		
	Valor	Total de ações	%	Valor	Total de ações	%
Acionistas domiciliados no país - bloco de controle (pessoas físicas).....	832.817	150.568.944	57,54	826.118	149.354.213	57,98
Mercado (I).....	614.512	111.097.795	42,46	621.231	112.312.526	42,02
Total	1.447.349	261.666.739	100,00	1.447.349	261.666.739	100,00

(i) Em reunião do Conselho de Administração realizada em 3 de fevereiro de 2021, foi aprovado o aumento de capital social de 809.907 ações, totalizando R\$4.654, mediante a subscrição de novas ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, em razão do exercício de opção de compra de ações outorgadas no âmbito do Programa de Opção de Compra de Ações de 2019, criado em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de abril de 2019, e o Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações da Companhia, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de dezembro de 2016.

Aumento do capital social: Em 3 de dezembro de 2021, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, conforme disposto no artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, com atribuição adicional de bônus de subscrição aos acionistas. O aumento de capital proposto foi no montante mínimo de R\$90.000 mil e máximo de até R\$250.000 mil, mediante a emissão para subscrição particular de até 61.168.831 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, a um preço por ação de R\$ 3,08. O preço, emissão foi fixado, sem diluição injustificada para os atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das S.A., levando-se em consideração o preço das ações de emissão da Companhia no fechamento do pregão da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão

MARISA.COM.BR

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001 que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 em 17/03/2022 18:16 A autenticidade desse documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link <http://valor.globo.com/valor/i/>

Hash: 16474653613a5748f28e1d493d868e667a2ba4a31

(“B3”) no dia 3 de dezembro de 2021, com deságio de 15%. Os acionistas integrantes do grupo de controle da Companhia, por si ou por seus afiliados, subscreveram ações a serem emitidas no aumento de capital, mediante exercício de direito de preferência para subscrição de ações no valor total de R\$90.000 mil. Os titulares de ações de emissão da Companhia tiveram o período do dia 13 de dezembro de 2021 a 11 de janeiro de 2022 para exercer o seu direito de preferência na subscrição das novas ações emitidas, no percentual de 31,0400060005% sobre a posição acionária que possuíam no capital da Companhia no fechamento do pregão da B3 do dia 10 de dezembro de 2021. Além das ações que subscreverem, os subscritores foram jus, como vantagem adicional, a um bônus de subscrição (“Bônus de Subscrição”) para cada uma nova ação ordinária subscrita, totalizando a emissão de até 61.168.831 Bônus de Subscrição, não sendo admitida a entrega de frações de Bônus de Subscrição. Os Bônus de Subscrição serão emitidos em uma única série e cada Bônus de Subscrição conferirá a seu titular o direito de subscrição de R\$50828725129724 ação ordinária, ao preço de exercício por Bônus de Subscrição de R\$3,62, observados os termos e condições dos Bônus de Subscrição. Os Bônus de Subscrição serão exercíveis desde 15 de setembro de 2022 até 15 de novembro de 2022. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia havia recebido e registrado na rubrica de “Adiantamento para futuro aumento de capital social” o montante de R\$70.227 mil em função da subscrição de 22.801.122 ações, as quais foram emitidas no momento do aumento de capital, conforme homologação ocorrida em 2 de fevereiro de 2022. **22.2. Ações em tesouraria:** Em reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de março de 2018, foi aprovada a aquisição de até 500.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, da própria Companhia para manutenção em tesouraria, em razão do Programa de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas aprovado em AGO de 2 de dezembro de 2016. A Companhia havia adquirido a totalidade de 500.000 ações conforme Programa, a preço médio de R\$5,64 no período de 3 de abril de 2018 a 10 de abril de 2018. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantinha em tesouraria 169.267 ações ao preço médio de R\$6,54 totalizando R\$1.110 para atendimento ao Programa de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas. **22.3. Capital social autorizado:** A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de 450.000.000 de ações ordinárias, sem valor nominal. **22.4. Reserva de retenção de lucros:** Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a reserva de retenção de lucros não foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, em virtude dos resultados apurados terem sido negativos. **22.5. Política de distribuição de dividendos e Juros Sobre Capital Próprio (JSCP):** Os acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, após os ajustes necessários consonantes a legislação societária brasileira, é registrada na rubrica “Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar” por ser considerada como numa obrigação legal prevista do Estatuto Social da Companhia; entretanto a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, é registrada na rubrica “Dividendos adicionais propostos”. Em virtude de os resultados apurados terem sido negativos, não houve distribuição de dividendos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

23. Plano de outorga de opção de compra ou subscrição de ações “Stock options”

23.1. Política contábil: Em 23 de dezembro de 2021, foi deliberada em Ata de Assembleia Geral Extraordinária a aprovação do Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações da Companhia, em substituição ao Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 2 de dezembro de 2016 (“Plano de Opções 2016”). Os referidos planos têm por objetivo estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia, alinhar os interesses dos acionistas aos das Pessoas Elegíveis e incentivar a geração de resultados sustentáveis. Poderão ser eleitos como participantes do plano os administradores, diretores, gerentes e empregados de alto nível da Companhia ou outra sociedade sob o seu controle. O período de “vesting” (aquisição do direito de exercício, sujeito às condições de exercício) das Opções detidas por cada Participante ocorrerá após o decurso dos prazos de carência fixados no Contrato de Opção. Até a ocorrência do “vesting” e do evento de liquidez, as Opções serão designadas “Opções não exercíveis” e, após sua ocorrência, “Opções exercíveis”. A Companhia, por decisão do seu Conselho de Administração, observando limites impostos pela regulamentação aplicável à época, irá definir, a cada exercício, se as ações objeto do contrato de opção serão adquiridas mediante a emissão de novas ações dentro do limite do capital autorizado ou mediante compra e venda de ações mantidas em tesouraria que serão emitidas ou adquiridas em virtude do plano, observada a regulamentação em vigor. Nas datas dos balanços, a Administração da Companhia revisa as estimativas quanto à quantidade de opções e reconhece, quando aplicável, no resultado do exercício em contrapartida do patrimônio líquido o efeito decorrente da revisão dessas estimativas iniciais.

23.2. Demonstrativo da posição das opções outorgadas em aberto

Data	Quantidade - mil		Outorga	
	Opções outorgadas	Opções em aberto	Valor justo da opção	Preço de exercício
05/12/2016	2.267	268	3,78	7,54
07/11/2017	1.711	476	5,17	7,76
26/04/2019	3.956	2.290	5,16 - 5,42	5,10

continuação...

Demonstrações Financeiras



MARISA LOJAS S.A. 61.189.288/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado				
	2021		2020		
	Saldo contábil	Fluxo caixa contratual	Até 1º de janeiro	De 1 a 2º de janeiro	De 3 a 5 de janeiro
Fornecedores e fornecedores convênio.....	481.151	487.068	487.068	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures.....	883.384	883.727	480.598	246.250	156.879
Instrumentos financeiros derivativos passivos.....	807	-	-	-	-
	1.365.342	1.370.795	967.666	246.250	156.879

	Controladora				
	2020		2020		
	Saldo contábil	Fluxo caixa contratual	Até 1º de janeiro	De 1 a 2º de janeiro	De 3 a 5 de janeiro
Fornecedores e fornecedores convênio.....	472.577	475.063	475.063	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures.....	436.948	437.921	277.337	113.317	47.267
Instrumentos financeiros derivativos passivos.....	6.913	-	-	-	-
	916.438	912.984	752.400	113.317	47.267

	Consolidado				
	2020		2020		
	Saldo contábil	Fluxo caixa contratual	Até 1º de janeiro	De 1 a 2º de janeiro	De 3 a 5 de janeiro
Fornecedores e fornecedores convênio.....	473.930	476.416	476.416	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures.....	862.769	863.744	481.515	284.494	97.735
Instrumentos financeiros derivativos passivos.....	6.913	-	-	-	-
	1.343.612	1.340.160	957.931	284.494	97.735

31.1.4. Gerenciamento de capital: A Administração da Companhia gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em abertura de lojas, reformas e remodelação das lojas existentes, além de prover retorno aos acionistas. Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua capacidade de liquidez os passivos registrados, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos estoques, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Índices de endividamento: Os índices de endividamento em 31 de dezembro de 2021 e 2020, são assim sumarizados:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Empréstimos, financiamentos e debêntures.....	407.259	436.948	883.384	862.769
(-) Caixa e equivalentes de caixa/ títulos e valores mobiliários.....	(119.268)	(303.754)	(338.752)	(561.591)
Dívida líquida.....	287.991	133.194	544.632	301.178
Patrimônio líquido.....	999.524	991.923	999.524	991.923
Índice de alavancagem financeira.....	29%	13%	54%	30%

32. Instrumentos financeiros

32.1. Política contábil: 32.1.1. **Ativos financeiros:** Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, bancos conta movimento, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, contas a receber, outros ativos não circulantes, depósitos judiciais e instrumentos financeiros derivativos. Vide na nota explicativa nº 32.5 a segregação efetuada pela Companhia.

32.1.2. Instrumentos financeiros derivativos e operações de hedge: A Companhia utiliza instrumentos derivativos na gestão dos seus riscos financeiros, não sendo utilizados instrumentos derivativos com o objetivo de especulação. Mudanças no valor justo dos derivativos são registradas como ganhos ou perdas no resultado ou no patrimônio líquido, quando a transação for elegível e caracterizada como um hedge efetivo na modalidade de fluxo de caixa, e que tenha sido efetivo durante o período relacionado. A Companhia documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de hedge e os itens protegidos por hedge. Além disso, a Companhia documenta sua avaliação, tanto no início quanto de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de hedge são, ou não, altamente eficazes nas suas variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos por hedge. As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como hedge efetivo de fluxo de caixa têm seu componente eficaz registrado contabilmente no patrimônio líquido e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício. Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para resultado do exercício quando o item protegido for efetivamente realizado. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia e suas controladas não possuem empréstimos em moeda estrangeira ou outros instrumentos financeiros derivativos não designados como hedge accounting.

32.1.3. Compensação de instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **32.1.4. Valor justo de instrumentos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação. O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não há mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

32.1.5. Passivos financeiros: Os passivos financeiros da Companhia são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado, compreendem os saldos de instrumentos financeiros derivativos.

32.1.6. Outros passivos financeiros: São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Compreendem os saldos de fornecedores, contas a pagar, outras obrigações e empréstimos e financiamentos. **32.1.7. Empréstimos e financiamentos:** Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros líquidos dos custos de transação incorridos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros. **32.2. Instrumentos financeiros derivativos designados para contabilização de proteção (hedge accounting):** A Companhia aplica as regras de contabilização de hedge accounting para seus instrumentos derivativos classificados como hedge de fluxo de caixa, conforme determinado em sua Política de Risco. O hedge de fluxo de caixa consiste em fornecer proteção, exclusivamente para as operações de compra de mercadorias importadas para revenda, reduzindo dessa forma o risco cambial da operação. As transações para as quais a Companhia faz a designação de hedge accounting são altamente prováveis, apresentam uma exposição da variação do fluxo de caixa que poderia afetar o resultado e são altamente efetivas em proteger as variações de fluxo de caixa atribuíveis ao risco coberto, consistente ao risco originalmente documentado na Política de Risco. Para a proteção de suas operações, a Companhia optou pela linha de contratos de compra de moeda a termo (*Non-Deliverable Forward*). **32.2.1. Contratos a termo de moedas - Non-Deliverable Forward ("NDF"):** O contrato a termo de moedas é o compromisso futuro de comprar e vender determinadas moedas em certa data no futuro por um preço pré-estabelecido. Por ser um *Non-Deliverable Forward*, esse contrato não exige a liquidação física das posições contratadas, mas sim a liquidação financeira por diferença entre o preço de liquidação e o preço estabelecido na contratação. As posições dos contratos a termo de moedas - NDF em aberto em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, por vencimento, bem como as taxas médias ponderadas e o valor justo, são demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Vencimentos	Notional (US\$)	Taxa média	Valor justo (R\$)(*)	Objeto de hedge (US\$)
Janeiro/22.....	2.806	5,4598	389	3.498
Fevereiro/22.....	3.196	5,5331	438	5.546
Março/22.....	2.197	5,5026	437	3.813
Abril/22.....	1.556	5,4622	436	1.923
Maió/22.....	2.860	5,5112	809	1.383
Junho/22.....	2.500	5,5459	749	5.098
	15.115	5,5058	3.258	21.261

(*) A rubrica "Instrumentos financeiros" no passivo circulante inclui R\$109 de contratos a termo encerrados em 31 de dezembro de 2021, porém com liquidação financeira em 1º de janeiro de 2022.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2020	2020	2020
Vencimentos	Notional (US\$)	Taxa média	Valor justo (R\$)(*)	Objeto de hedge (US\$)
Janeiro/21.....	3.299	5,5797	(1.318)	2.659
Fevereiro/21.....	4.276	5,5983	(1.770)	5.933
Março/21.....	4.117	5,5378	(1.431)	4.926
Abril/21.....	2.364	5,5695	(1.189)	2.331
Maió/21.....	3.153	5,3829	(574)	3.093
	17.209	5,5547	(6.282)	18.942

A DIRETORIA

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas de **Marisa Lojas S.A.** - São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Marisa Lojas S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Marisa Lojas S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nos cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Provisão para perdas de créditos esperadas: Conforme divulgado na Nota Explicativa 7, a Companhia, por meio de sua controlada direta M CARTÕES Administradora de Cartões de Crédito Ltda., administra o cartão *private label*, chamado "Cartão Marisa" e por meio de sua controlada indireta M PAGAMENTOS S.A. Crédito, Financiamento e Investimento, realiza operações de crédito direto ao consumidor. As contas a receber registradas por estas controladas estão sujeitas às análises de risco de crédito e são reduzidas pelo reconhecimento da provisão para perdas de créditos esperadas, que totalizou R\$113.314 em 31 de dezembro de 2021 conforme divulgado na referida Nota Explicativa. Consideramos a provisão para perdas de créditos esperadas como um principal assunto de auditoria, uma vez que é uma estimativa que requer julgamento significativo, além de um conjunto de fatores a serem considerados pela diretoria na determinação do seu valor, tais como: níveis de inadimplência, políticas de renegociação e o histórico da qualidade da carteira. Adicionalmente, destacamos a importância do processo de estimativa pela relevância dos montantes envolvidos, alta pulverização (fiquete médio baixo) e alto volume das operações, bem como em virtude dos possíveis impactos da pandemia COVID-19 na qualidade da carteira, níveis de inadimplência e renegociações. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto* Nossos procedimentos de auditoria incluíam, dentre outros, teste de conciliação dos saldos contábeis com a posição analítica, análise da razoabilidade da política e sua aderência às normas contábeis adotadas no Brasil e IFRS, recálculo da provisão com base na política estabelecida que inclui, entre outros aspectos, considerações em relação aos níveis de risco e atraso das operações, acompanhamento com reavaliação trimestral da provisão em virtude do cenário de pandemia, discussões periódicas com a diretoria e a avaliação das divulgações na Nota Explicativa 7 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para perdas de créditos esperadas, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa 7, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Provisão para demandas judiciais tributárias: A Companhia é parte envolvida em processos administrativos e judiciais oriundos de diversas disputas tributárias, cuja provisão em 31 de dezembro de 2021 era no montante consolidado de R\$82.140, conforme divulgado na Nota Explicativa 20, sob o risco de perda e a mensuração da provisão para demandas judiciais tributárias requer julgamento por parte da diretoria, que conta com o suporte das opiniões legais dos seus assessores jurídicos internos e externos da Companhia. Mudanças nas premissas utilizadas pela Companhia, que são base para exercer esse julgamento, incluindo o posicionamento das autoridades tributárias e o desenvolvimento das disputas tributárias nos tribunais, podem impactar as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia de forma relevante. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia é parte em disputas tributárias que somam R\$982.952, as quais não estão provisionadas nas demonstrações financeiras consolidadas devido à avaliação por parte da diretoria, suportada por seus assessores jurídicos externos e internos, de que o prognóstico de perda é possível. Consideramos esse tema como um principal assunto de auditoria

32.2.2. Ganhos e perdas de instrumentos financeiros derivativos: Os ganhos e perdas dos instrumentos financeiros derivativos designados como hedge de fluxo de caixa, enquanto não realizados estão registrados no patrimônio líquido, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Riscos de moeda.....	3.367	(6.828)
IR/CS diferidos.....	(1.145)	2.351
Resultado líquido reconhecido em outros resultados abrangentes.....	2.222	(4.477)
Resultado líquido reconhecido no exercício.....	6.699	(3.363)
Resultado líquido reconhecido em exercícios anteriores.....	(4.477)	(1.114)
	2.222	(4.477)

32.3. Instrumentos financeiros derivativos não designados como hedge accounting: A Companhia e sua controlada M CARTÕES captaram empréstimos denominados em moeda estrangeira acrescidos de juros, para os quais foram contratadas operações de swap, com o objetivo de proteção contra risco nas mudanças das taxas de câmbio, substituindo os juros contratados e a variação cambial da moeda estrangeira pela variação do CDI, acrescido de taxa pré-fixada. Essa é uma operação que possui objetivo de proteção cambial e consiste formalmente em um contrato de empréstimo e uma operação de swap contratados na mesma data, com mesmo vencimento, com a mesma contraparte. Em 31 de dezembro de 2021, o detalhe dos contratos de swaps em aberto é como segue:

	Consolidado			
	Valor de referência (nacional)	Banco	Companhia	Valor justo
Vencimento.....	Indexador	Juros	Indexador	Juros
Setembro/23.....	50.000	CDI	4,78% a.a.	US\$ 5,60% a.a.
				(1.970)

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas não possuem contratos de swaps em aberto. Com as operações de swap, a Companhia e suas controladas não estão sujeitas a risco de mudanças nas taxas de câmbio; dessa forma, não foram considerados para serem medidos pela análise de sensibilidade, considerando que a Companhia e suas controladas estão única e exclusivamente expostas à variação do CDI nos contratos de empréstimos. **32.4. Valor justo dos instrumentos financeiros:** A Administração da Companhia entende que os instrumentos financeiros, os quais estão reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelos seus valores contábeis (caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, derivativos (swap), contas a receber, fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures) não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado. Isso se deve em razão do vencimento de parte substancial dos saldos ocorrer em data próxima às dos balanços, exceto a rubrica "Empréstimos, financiamentos e debêntures", que é atualizada monetariamente com base em juros variáveis previsto em contrato em linha com as condições de mercado e, portanto, o saldo devedor registrado nas datas dos balanços está próximo do valor de mercado. As operações de NDF's são precificadas pelo valor de mercado enquanto as operações de swap financeiros são valorizadas segundo o valor justo (IFRS 9). Especificamente nesse caso, tendo em vista que não há mercado ativo para esses instrumentos, diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente. **32.5. Mensuração e hierarquia do valor justo:** A tabela a seguir demonstra em detalhes a mensuração e hierarquia do valor justo (Valor Justo por meio de Resultado (VJR) e Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA):

	Controladora					
	NE	2021		2020		Hierarquia do valor justo
		Valor contábil	Valor justo	Custo amortizado	VJR	
Caixa	6.2	10.678	10.678	10.678	-	10.678
Bancos conta movimento	6.2	18.600	18.600	18.600	-	18.600
Operações						
compromissadas CDB	6.3	20.165	20.165	-	20.165	-
Operações						
compromissadas DI	6.3	-	-	-	-	-
Fundos de investimento	6.4	10.492	10.492	-	10.492	-
Aplicações CDB - Garantia	6.4	58.617	58.617	-	58.617	-
Braskem ações	6.4	716	716	-	716	-
Contas a receber de clientes	7.2	379.960	379.960	379.960	-	379.960
Outros ativos circulantes e não circulantes		30.458	30.458	30.458	-	30.458
Depósitos judiciais	20.2	100.970	100.970	100.970	-	100.970
Fornecedores	15.2	(469.736)	(469.736)	(469.736)	-	(469.736)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16.2	(407.259)	(407.259)	-	-	(407.259)
NDF's	32.2.1	3.258	3.258	-	3.258	-
		(243.081)	(243.081)	(336.329)	89.990	3.258
				716		(243.797)

	Consolidado					
	NE	2021		2020		Hierarquia do valor justo
		Valor contábil	Valor justo	Custo amortizado	VJR	
Caixa	6.2	10.683	10.683	10.683	-	10.683
Bancos conta movimento	6.2	21.205	21.205	21.205	-	21.205
Operações						
compromissadas CDB	6.3	97.574	97.574	-	97.574	-
Operações						
compromissadas DI	6.3	132.501	132.501	-	132.501	-
Letra financeira	6.3	11	11	-	11	-
Fundos de investimento	6.4	10.492	10.492	-	10.492	-
Aplicações CDB - Garantia	6.4	65.570	65.570	-	65.570	-
Braskem ações	6.4	716	716	-	716	-
Contas a receber de clientes	7.2	860.755	860.755	860.755	-	860.755
Outros ativos circulantes e não circulantes		81.462	81.462	81.462	-	81.462
Depósitos judiciais	20.2	134.024	134.024	134.024	-	134.024
Fornecedores	15.2	(481.151)	(481.151)	(481.151)	-	(481.151)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16.2	(883.384)	(883.384)	-	-	(883.384)
NDF's	32.2.1	3.258	3.258	-	3.258	-
		53.716	53.716	(256.395)	306.853	3.258
				716		53.000

	Controladora					
	NE	2021		2020		Hierarquia do valor justo
		Valor contábil	Valor justo	Custo amortizado	VJR	
Caixa	6.2	8.773	8.773	8.773		